

**XXVIII Congresso Internacional da ALAS**  
**6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE**  
**GT 18 – Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social**

**Título:**

**EMPREGO E DESENVOLVIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES DO  
TRABALHO NO SUL DO BRASIL<sup>1</sup>**

**Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas**  
**Universidade Federal de Pelotas – UFPel (RS, Brasil)**

**Recife, setembro de 2011**

---

<sup>1</sup> A pesquisa na qual se baseia este artigo conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e seu Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET.

## 1. Introdução: uma definição inicial do objeto de investigação

Através do presente artigo, pretende-se examinar como se coloca a relação entre a “questão do emprego” e a “questão do desenvolvimento” na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se, pois, de problematizar esses fenômenos como “questões sociais” no sentido proposto por Robert Castel (2001) em sua análise das metamorfoses da condição salarial. Segundo este autor, *“a ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.”* (p. 30) É a própria existência da sociedade enquanto um conjunto de vínculos sociais que está em questão. Trata-se de indagar, pois, como esses vínculos se constituem; quais as posições ocupadas pelos diversos indivíduos e grupos nessas relações; em que condições essas posições são ocupadas e em que medida esses mesmos grupos podem, nelas, obter segurança material, reconhecimento social, proteção e direitos.

Nas sociedades modernas, o trabalho tornou-se um dos pilares fundamentais de acesso a um lugar legítimo na vida social. Segundo Gorz (1991), o trabalho exercido na esfera pública e através do qual o indivíduo obtém não apenas uma remuneração, mas também um status social reconhecido, assegurando direitos e proteções, é uma invenção da modernidade ocidental. Nas sociedades pré-industriais, o trabalho sempre foi um signo de inferioridade social, de pertencimento aos grupos sociais subalternos. É na modernidade ocidental que o trabalho e o conjunto de atividades ligadas à produção material de riquezas adquirem outro significado cultural. Associada à expansão das atividades capitalistas e mercantis e à própria generalização do trabalho assalariado, essa crescente centralidade do trabalho cristalizou-se na chamada moderna “condição salarial”, conforme descrita por Castel. Produto das lutas e conflitos que caracterizam as sociedades capitalistas e das formas de regulação que a constituíram ao longo desse período, esse trabalho é definido não só como *“relação técnica de produção”*, como atividade metabólica com a natureza, no sentido proposto por

Marx (1983), *“mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”* (Castel, 2001, p. 24). Nestes termos, ter um trabalho não significa apenas receber uma remuneração como contrapartida de uma atividade prestada a outrem. Não se trata apenas de uma relação privada e pessoal, de um simples contrato bilateral. Trata-se de ocupar, através da atividade remunerada, um lugar na vida social, obtendo reconhecimento e um conjunto de direitos e proteções. Afinal de contas, nas sociedades modernas, como testemunha Castel, o trabalho passa a desempenhar o que nas sociedades pré-industriais era função da propriedade. Naquelas sociedades, ter um lugar no mundo, estar integrado significava dispor de meios de produção. Com o processo de expansão do trabalho assalariado, isto é, de mercantilização da força de trabalho, definido por Marx como um processo histórico de expropriação dos meios de produção dos camponeses e artesãos, a nova classe de operários industriais passa a vagar no mundo sem um lugar assegurado. Constitui-se, desde então, um longo processo, tenso e conflituoso, de estabilização da relação salarial, cujo ápice foi o sistema de proteção cristalizado no estado de bem estar social implementado na Europa ao longo do século XX. É a crise desse modelo de integração baseado no trabalho, no emprego assalariado protegido, que provoca o que Castel chama a “nova questão social” no mundo contemporâneo, produto do processo recente de reestruturação capitalista e de modificação do modo de regulação até então dominante.

É nestes termos, pois, que a “questão do emprego” é aqui definida como uma “questão social”. Nela, a quantidade e a qualidade dos “empregos” disponíveis em uma determinada sociedade constituem um fator fundamental de coesão e integração, na medida em que a maior parte da população depende de um emprego para não só assegurar sua subsistência, mas também para “existir” socialmente. O termo emprego é aqui utilizado neste sentido específico, como vínculo social significativo e socialmente reconhecido, assegurando direitos sociais e proteções.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O termo emprego refere-se, inicialmente, a uma forma histórica específica de trabalho, o trabalho assalariado inscrito numa relação de assalariamento que supõe a existência de, pelo menos, dois atores sociais principais, um empregador, demandante do trabalho, e um empregado, que oferece sua força de trabalho para o empregador nos termos analisados por Marx. Esta forma de trabalho, o emprego, generalizou-se no mundo moderno, tornando-se a forma hegemônica de trabalho. Não é, no entanto, neste

Nestes termos, a “questão do emprego” relaciona-se diretamente com a “questão do desenvolvimento”, pois as transformações pelas quais atravessam uma sociedade afetam diretamente a geração e a disponibilidade de empregos, de trabalho socialmente legítimo. Se, por um lado, o emprego, para a maioria da população, é condição para existir socialmente – e não apenas biologicamente -, por outro, sua quantidade e qualidade são o resultado das transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais atravessam uma sociedade, enfim, por seu desenvolvimento. Assim, o “tipo de desenvolvimento” afeta diretamente as condições de inscrição dos indivíduos e grupos na estrutura social. Por isso, coloca-se também a “questão do desenvolvimento” como um fundamento da existência social, particularmente nas modernas sociedades industriais e capitalistas.

Como afirma Marx, uma sociedade precisa garantir as condições necessárias à sua reprodução material. Essa reprodução material não é apenas a sobrevivência física e biológica de seus membros, mas sua reprodução social, aí incluindo as relações sociais e seus fundamentos simbólico-culturais. Nas sociedades modernas, marcadas pela permanente transformação das condições técnicas e materiais de produção face à dinâmica de mercado e de acumulação capitalista, o controle sobre essas condições de desenvolvimento torna-se uma “questão central” não só para a reprodução do próprio capital, mas para a reprodução das condições de vida da maioria da população.

Nestes termos, a “questão do desenvolvimento” é uma “questão social” central no mundo moderno, constituindo um dos pilares fundamentais da ação coletiva expressa, sobretudo, pela ação do Estado. A “questão do emprego”, conseqüentemente, manifesta-se como uma dimensão crucial dessa “questão do desenvolvimento”.

As questões do “emprego” e do “desenvolvimento” não serão aqui tratadas como questões puramente objetivas. Se, por um lado, é possível

---

sentido preciso que se utiliza aqui a noção de emprego. Não está em questão a natureza dessa relação de trabalho. Privilegia-se, aqui, o sentido proposto por Castel, o emprego constituindo-se como suporte de relações sociais, como atividade econômica que supõe “vínculos específicos” e “inserção” na estrutura social. Prefere-se o termo “emprego” àquele de “trabalho”, pois este último tem um significado mais amplo, referindo-se, fundamentalmente, à atividade produtiva e metabólica com a natureza (Marx) e com o mundo de uma maneira geral, aí incluído do próprio ser humano. (Trabalho como categoria ontológica e emprego como categoria histórico-sociológica)

relacionar esses fenômenos em termos puramente objetivos, supondo-se que um “modelo de desenvolvimento” tenha determinados efeitos em termos de emprego, o que pode ser aferido através de indicadores objetivos, por outro, é possível também construir esses objetos como fenômenos subjetivos, como categorias do conhecimento através das quais os próprios atores sociais definem, interpretam e orientam suas ações sobre o mundo social.

Por todas essas razões, o problema de investigação aqui proposto desdobra-se em duas direções principais. Numa primeira direção, indaga-se qual tem sido o cenário do emprego e do desenvolvimento na região que é objeto de investigação. Como têm evoluído os indicadores de emprego e desenvolvimento dessa região? Numa outra direção, indaga-se como os atores sociais, eles próprios, têm elaborado, definido e representado essa relação entre emprego e desenvolvimento. Como se constituem suas práticas e representações (discursos) a esse respeito; como particularmente tem se constituído a ação do Estado, em seus diversos níveis, em relação a essa questão.

A hipótese inicial desta investigação é de que se efetivou um “projeto hegemônico para a região” e um “discurso” que se constituem em torno de uma concepção “modernizante” (quase clássica, com elementos contemporâneos) que reforça o caráter capitalista e concentrador desse processo de desenvolvimento. Nesse “projeto” e nesse “discurso”, enfatiza-se a necessidade de integrar a região ao processo de desenvolvimento nacional e à dinâmica global, através da mobilização dos próprios atores locais a fim de tornar a região mais competitiva e atrair investimentos. Por outro lado, vale salientar que a questão do emprego ocupa um lugar estratégico na constituição desse “discurso”. A atração de investimentos não só alavancaria a retomada do desenvolvimento da região, mas proporcionaria a geração dos empregos necessários para dinamizar ainda mais a economia local e superar seu atraso “social”. Neste sentido, o emprego constitui um importante eixo de justificação desse projeto hegemônico, na medida em que ele tornaria possível a integração da população e dos trabalhadores da região ao dito desenvolvimento. A geração de emprego e a possibilidade de distribuir o desenvolvimento para amplas parcelas da população constitui, pois, um dos

núcleos centrais de legitimação social desse projeto hegemônico de desenvolvimento.

## **2. O cenário: indicadores objetivos de emprego e desenvolvimento**

A chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, situa-se no extremo sul do Estado e abrange vinte e dois municípios.<sup>3</sup> Esta região insere-se na metade sul do Rio Grande do Sul, cuja história foi marcada por um modelo de ocupação peculiar, diferente daquele observado na serra gaúcha e na região metropolitana de Porto Alegre. A pecuária extensiva e as grandes propriedades de terra constituíram a marca fundamental desse território onde a figura do gaúcho tradicional se formou.

Após o ciclo produtivo do charque, que teve seu ápice na segunda metade do século XIX e que tornou a cidade de Pelotas o principal pólo econômico do Rio Grande do Sul, assistiu-se a um processo de desenvolvimento econômico marcado pela industrialização das atividades tradicionais ligadas à agropecuária. Esse modelo de desenvolvimento, porém, mostrou-se incapaz de acompanhar o processo de expansão e modernização capitalista e industrial do país e de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul que, ao longo da segunda metade do século XX, tiveram performances econômicas muito superiores àquela observada na metade sul do Estado, relegando esta região a uma condição secundária no cenário econômico gaúcho. A partir dos anos oitenta, com a crise da economia brasileira, e com o processo de reestruturação produtiva e de acelerada da globalização econômica dos anos noventa, a região sofre um processo muito acelerado de desindustrialização e de baixo desempenho de seus indicadores sociais e econômicos. Os reflexos sobre o mercado de trabalho são muito dramáticos, combinando-se, na região, elevados índices de desemprego, precariedade do trabalho e pobreza.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Pelotas e Rio Grande são os municípios pólos dessa região, formada, ainda, pelos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

<sup>4</sup> A esse propósito, ver Vargas (2008).

Nos últimos anos, com a recuperação e crescimento da economia brasileira, a região vem melhorando seus indicadores sociais e econômicos. O quadro, porém, mostra-se bastante problemático quando se compara os indicadores da Zona Sul com as regiões mais desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul. A seguir, ilustra-se mais detalhadamente esse cenário.

Os vinte e dois municípios da Zona Sul compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul, o COREDE-Sul.<sup>5</sup> Esta região conta com uma população de mais de 800.000 habitantes, possui uma taxa média de urbanização de 80% e, em 2006, contava com um PIB de R\$ 8.961.778,00. Apesar de ter, dentre os Coredes, o quarto maior PIB do Estado do Rio Grande do Sul, sua participação no produto total é de apenas 6%. Os três Coredes com os valores mais elevados do PIB representam, juntos, 54,4% da economia gaúcha. Tal dado revela uma grande concentração do crescimento econômico na região metropolitana de Porto Alegre e na região da Serra gaúcha. Se analisarmos os dados referentes ao PIB per capita, essas desigualdades regionais, mais uma vez, podem ser confirmadas. Em 2006, o PIB per capita da região do Corede-Sul era de apenas R\$ 10.182,00, abaixo da média do Rio Grande do Sul que era, nesse mesmo ano, de R\$ 14.310,00. Trata-se da 17ª posição dentre os vinte e oito Coredes do Estado. O Corede Serra apresentava uma renda per capita de R\$ 19.681,00, o que permite constatar os elevados níveis de desigualdade regional em termos de renda.

Nos últimos anos, no entanto, esse quadro começa a apresentar alterações cujas tendências ainda são incertas e precisam ser melhor observadas. Tais alterações podem ser atribuídas, principalmente, à mudança de performance da economia do município de Rio Grande que sofre um forte impacto positivo do Pólo Naval implantado em sua área portuária.

Quando se compara a evolução do PIB municipal total nominal<sup>6</sup> e per capita dos municípios de Pelotas e Rio Grande, conforme a Tabela 1, observa-se uma importante diferença de desempenho. Ao longo do período investigado, de 1999 a 2008, o crescimento do PIB total e do PIB per capita de Pelotas esteve sempre abaixo da média do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a

---

<sup>5</sup> Ao todo, são vinte e oito COREDES no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> Trata-se da evolução nominal do PIB, isto é, este valor é apresentado a preços correntes dos respectivos anos, não se levando em consideração a inflação do período. É preciso deflacionar estes valores para se obter o crescimento real.

tendência histórica já registrada acima. O PIB total nominal de Pelotas cresceu 110,9% no período e o PIB per capita cresceu 97,2%. Ao contrário, o crescimento desses indicadores no município de Rio Grande esteve sempre acima da média do Estado. O PIB total cresceu 239,4%, enquanto o PIB per capita cresceu 221,6%.

**Tabela 1 – Evolução do PIB total nominal e do PIB per capita no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas e no município de Rio Grande, 1999, 2002 e 2008.**

	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>Cresc. (%)</b>
<b>RS</b>				
PIB total (R\$ mil)	74.015.782	105.486.816	199.499.011	169,5
PIB per capita (R\$)	7.299	10.057	18.378	151,8
<b>Pelotas</b>				
PIB total (R\$ mil)	1.689.770	2.049.503	3.564.296	110,9
PIB per capita (R\$)	5.268	6.199	10.386	97,2
% RS	2,28	1,94	1,78	- 22,0
<b>Rio Grande</b>				
PIB total (R\$ mil)	1.591.786	2.552.033	5.402.761	239,4
PIB per capita (R\$)	8.590	13.389	27.624	221,6
% RS	2,15	2,42	2,71	26,0
Pelotas/Rio Grande PIB total	1,06	0,80	0,66	- 37,7
Pelotas/Rio Grande PIB per capita	0,61	0,46	0,38	- 37,7

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS, FEE.

Levando-se em consideração a evolução da participação do PIB destes municípios no conjunto do Estado, pode-se constatar a mesma tendência. Enquanto o município de Pelotas decresce sua participação no PIB do Estado, passando de 2,28%, em 1999, para 1,78%, em 2008, o município de Rio Grande aumenta a sua, passando de 2,15% para 2,71%, nos respectivos anos. Observa-se que a soma do produto econômico dos dois municípios cresce sua participação em relação ao conjunto do Estado, passando de 4,06%, em 1999, para 4,86%, em 2008.

A evolução da razão do PIB total e per capita desses dois municípios, mais uma vez, revela as diferentes tendências das economias locais. Em 1999, o PIB total de Pelotas era maior que o de Rio Grande, numa razão de 1,06. No entanto, nesse mesmo ano, o PIB per capita de Rio Grande já era bem maior que o de Pelotas. Este último representava apenas 61% daquele. Em 2008,



essas distâncias aumentaram. O PIB total de Pelotas não só já era menor que o de Rio Grande como representava apenas 66% daquele. A diferença do PIB per capita tornou-se abismal. Aquele de Pelotas passou a representar, em 2008, apenas 38% daquele de Rio Grande.

Essas diferentes trajetórias são o resultado dos efeitos diferenciais do processo de desenvolvimento econômico da região centrado no maciço investimento público no setor naval. Outros projetos econômicos foram implantados na região nos últimos dez anos, destacando-se a silvicultura que, a princípio, mostrou-se um projeto ousado, com a perspectiva de implantação de uma planta industrial de celulose e papel, mas que não se confirmou a partir da crise econômico mundial de 2008. Vale salientar, ainda, que a cidade de Pelotas é um importante pólo regional de serviços que também se fortaleceu nestes últimos anos com investimentos públicos em educação, saúde e outros serviços.<sup>7</sup>

A seguir, procura-se analisar o impacto desses diferentes trajetórias de desenvolvimento sobre o mercado de trabalho, apresentando-se a evolução do emprego formal nos municípios de Pelotas e Rio Grande em comparação com o desempenho apresentado pelo COREDE-Sul, assim como pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo país. Utiliza-se a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais especificamente os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referentes ao período entre 1985 a 2009. Trata-se, pois, da evolução do emprego formal, registrado, constituindo-se, este, em um importante indicador da evolução do trabalho organizado e protegido no Brasil. Analisa-se, ainda, a evolução do emprego em três sub-períodos distintos: de 1985 a 1989, de 1990 a 1998 e de 1999 a 2009. Pretende-se, com isso, captar os diferentes movimentos do emprego nas diversas conjunturas econômicas vividas pela sociedade brasileira neste longo período de 25 anos. Essas conjunturas podem ser identificadas, *grosso modo*, pela instabilidade (anos 80), pela crise e desestruturação (anos 90) e pelo crescimento (período recente).

---

<sup>7</sup> Um exemplo disso é o impacto do Programa de Reestruturação do Ensino Superior - REUNI na expansão da rede pública de ensino superior da região. A partir desse programa, houve uma importante injeção de recursos com impactos não apenas financeiros, mas também em termos de mercado de trabalho através da contratação de um quadro significativo de professores universitários tanto na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) como no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IF-Sul).

Segundo dados do MTE/RAIS, Pelotas contava com 56.881 empregos formais em 1985, passando a 65.068 em 2009. Neste período de 25 anos, houve um incremento de 8.187 novos empregos, o que representa um crescimento relativo de 14,39%, com uma média anual de 0,58%. O ano de maior crescimento deu-se em 1986 quando o número de empregos cresceu 10,83% em termos relativos ou 6.162 novas vagas em relação ao ano anterior. Já o pior desempenho apresentado ao longo desse período foi em 1990 quando a perda no número de postos de trabalho foi de 9,68% ou 6.383 vagas. Em termos de participação no emprego, em 1985, Pelotas representava 50,74% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 3,53% em relação ao Estado. Já em 2009, essa participação cai para 46,88% e 2,50%, respectivamente.

Ainda de acordo com os dados do MTE/RAIS, o município de Rio Grande contava com 35.314 empregos formais em 1985, passando a 37.303 em 2009, um incremento de apenas 1.989 empregos, o que representa um crescimento relativo de 5,63%, com uma média de crescimento anual de 0,23%, menos da metade da média anual no município de Pelotas e muito abaixo da média estadual e nacional. Dentro desse período, Rio Grande apresentou seu pior desempenho em 1996 quando o número de empregos caiu 13,71%, tendo o município perdido 4.087 postos de trabalho. Já seu melhor desempenho ocorreu em 2001, quando o número de vagas subiu 17,49% com 4.831 novos empregos criados. Em termos de participação, em 1985, Rio Grande representava 31,50% no número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,19% em relação ao Estado. Já em 2009, esse número cai para 26,88% e 1,43% respectivamente.

No mesmo período (1985-2009), a região do COREDE-Sul cresceu 23,8% em termos relativos, criando 26.688 novos empregos, com um crescimento médio anual de 0,95%, ou seja, quase o dobro do crescimento anual de Pelotas. Esta região também apresentou seu melhor desempenho em 1986 quando o número de empregos subiu 9,96%, com 11.088 novas vagas. O pior desempenho do COREDE-Sul também acontece em 1990, com o número de empregos chegando a cair 10,71%, uma perda de 9.427 postos de trabalho.

O Estado do Rio Grande do Sul também apresentou um desempenho melhor que Pelotas e mais de duas vezes maior que o COREDE-Sul, com um

crescimento relativo no número de empregos de 61,60%, o que em números absolutos representa 992.018 novos postos de trabalho e crescimento médio 2,46% ao ano. Durante esse período, o Estado teve seu melhor desempenho em 1986 com um resultado positivo de 7,52% ou 121.084 novos empregos. Seu pior momento foi em 1990 com resultado negativo de 5,88% ou uma perda 110.561 empregos.

No Brasil, entre 1985 e 2009, o número de empregos mais que dobrou, apresentando aumento de 101,09%, ou um crescimento médio anual de 4,04% que, em termos absolutos, representa 20.715.415 novos empregos criados. O ano que apresenta maior crescimento foi em 1986 com um resultado positivo 8,16%, ou seja, 1.672.175 novos postos criados. Já em 1990 também se observa a maior queda com perda de 5,26% no número de empregos ou 1.287.912 vagas perdidas.

Apesar do desempenho bem superior do Rio Grande do Sul em relação aos municípios de Pelotas e Rio Grande, assim como em relação ao COREDE-Sul, o incremento de empregos do Estado foi menor que o desempenho nacional do mesmo período. Em 1985, por exemplo, a participação do RS em relação ao número de empregos formais nacional foi de 7,86%. Já em 2009, essa participação cai para 6,32%.

**Tabela 2 – Variação do crescimento do emprego em números absolutos e relativos no Brasil, Rio Grande do Sul, Zona Sul, Pelotas e Rio Grande, no período de 1985 a 2009 e subperíodos.**

UF	Período	1985-2009	1985 - 1989	1990-1998	1999-2009
<b>Brasil</b>	nº absolutos	20.715.415	3.994.437	1.202.979	16.214.281
	var. relativa (%)	101,09%	19,49%	5,57%	64,87%
	var. rel. anual(%)	4,04%	3,90%	0,70%	6,48%
<b>RS</b>	nº absolutos	992.018	269.235	15.327	787.091
	var. relativa (%)	61,60%	16,72%	0,86%	43,36%
	var. rel. anual(%)	2,46%	3,34%	0,11%	4,34%
<b>COREDE-Sul</b>	nº absolutos	26.688	17.097	-20.961	34.811
	var. relativa (%)	23,80%	15,24%	-17,49%	33,48%
	var. rel. anual(%)	0,95%	3,04%	-2,19%	3,35%
<b>Pelotas</b>	nº absolutos	8.187	9.089,00	-15.500	17.902
	var. relativa (%)	14,39%	15,98%	-26,01%	37,95%
	var. rel. anual(%)	0,57%	3,20%	-3,25%	3,79%
<b>Rio Grande</b>	nº absolutos	1.989	1.619	-8.834	10.039
	var. relativa (%)	5,63%	4,58%	-24,67%	36,82%
	var. rel. anual(%)	0,22%	0,92%	-3,08%	3,68%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS.

No período de 1999 a 2009, observa-se uma recuperação e expansão dos postos formais de trabalho em Pelotas e Rio Grande, bem como no COREDE-SUL, Estado e no país.

Em Pelotas, o crescimento acumulado no período foi de 37,95%, o que em valores absolutos representa um incremento de 17.902 novos postos de trabalho e um crescimento médio anual de 3,79%. Rio Grande teve um desempenho similar e acumulou, ao longo do período, um crescimento de 36,82%, ou seja, 10.039 novos empregos foram criados, com um crescimento médio anual de 3,68%.

Os níveis de emprego formal também cresceram fortemente na região do COREDE-Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. No COREDE-Sul, o crescimento foi de 33,48%, isto é, 34.811 novos empregos foram gerados. O crescimento no Estado foi ainda maior, de 43,36% ou 787.091 novos postos de trabalho. O crescimento do emprego no país chegou a 64,87% nesse período, sendo gerados 16.214.281 de novos empregos.

Em termos de participação, em 1999, Pelotas detinha 45,36% do número de empregos formais do COREDE-Sul e 2,60% do Estado do RS. Em 2009, essa participação cresce para 46,88% na região do COREDE-Sul e cai para 2,50% em relação ao Estado.

Rio Grande, por sua vez, em 1999, detinha 26,22% dos empregos formais do COREDE-Sul e 1,50% do Estado do RS. Em 2009, essa participação cresce para 26,88% na região do COREDE-Sul e cai para 1,43% no conjunto do Estado. A região do COREDE-Sul que, em 1999, detinha 5,73% do número de empregos do Estado do RS passou a representar 5,33% em 2009.

Apesar do significativo crescimento econômico do município de Rio Grande, que apresentou forte incremento do produto interno bruto no período recente, o desempenho correspondente em termos de emprego mostra-se muito baixo, inferior mesmo àquele observado em Pelotas.

Vale ressaltar, ainda, que apesar do desempenho do Estado do Rio Grande do Sul ter sido superior em relação ao dos municípios de Pelotas e Rio Grande assim como em relação ao COREDE-Sul, o incremento de empregos do Estado foi menor que o desempenho nacional do mesmo período. Em 1999,

o RS detinha 7,26% dos empregos formais do país. Em 2009, essa participação cai para 6,32%.

### **3. As “construções sociais” sobre emprego e desenvolvimento**

A crise econômica dos anos oitenta e noventa selou definitivamente o destino da região, uma vez que os ajustes promovidos pelas políticas neoliberais tiveram efeitos devastadores sobre as atividades econômicas tradicionais e sobre os níveis de emprego. O desemprego elevado, a pobreza e a ausência de perspectivas marcaram o contexto social e intelectual da região nesse período, firmando-se a visão de que o “atraso” e o “subdesenvolvimento” deveriam ser superados. Deste modo, um forte debate político e um conjunto de estudos e diagnósticos, ao mesmo tempo em que procuravam identificar as razões desse quadro quase catastrófico, tentavam indicar um “projeto” alternativo de desenvolvimento da região. Sobretudo as lideranças políticas e empresariais empenharam-se em construir ações e políticas visando superar essa situação de atraso e alavancar o desenvolvimento regional.

Nos últimos anos, a partir da retomada do crescimento econômico brasileiro e da ampliação dos investimentos públicos e privados, novos projetos econômicos foram implementados na região, destacando-se vários investimentos privados na área de silvicultura, energia, serviços, etc., além de investimentos públicos cujo centro é o pólo naval da cidade de Rio Grande. Nesta cidade, em particular, novas empresas vêm se instalando, atraídas por essa nova onda de desenvolvimento que assola a região e que já se reflete no crescimento da população urbana, no aparecimento de problemas de infraestrutura urbana, no aquecimento do mercado imobiliário, etc.

A “atração de investimentos”, os “incentivos fiscais” e a “geração de empregos” estiveram no centro das “práticas” e dos “discursos” das lideranças políticas e empresariais que vêm defendendo um “modelo de desenvolvimento” mais diversificado e baseado nos atrativos da região, de suas “vocações” e potencialidades, da riqueza de sua infra-estrutura e potencial humano, enfim, numa certa mobilização interna (população, comunidade, o capital social da região) visando “vender” as cidades (Pelotas e Rio Grande, sobretudo) como

produtos atraentes a fim de obter investimentos e superar o desemprego e o “atraso” endêmico da região.

#### 4. Conclusões

Elementos:

- a) Enfatiza-se também uma dimensão propriamente política nesse processo de mobilização, o que passa por uma adequada “representação” da região no cenário estadual e nacional.
- b) A valorização preside esse processo, mas não é o único elemento determinante. Mecanismos de regulação desse processo de acumulação e valorização de capitais que hoje atinge uma dinâmica global. A regulação, porém, assegura essa valorização, ainda que não seja única e homogênea. A regulação atinge formas específicas.
- c) É essa regulação que constitui o EMPREGO como ATIVIDADE REGULADA, objeto de reconhecimento e direitos, proteções e identidade no sentido de CASTEL quando analisa a nova questão social e a crise da condição salarial. (volume do emprego e qualidade do emprego ou natureza do vínculo e a questão da flexibilidade).
- d) A regulação como elemento discursivo? Existe a preocupação com o emprego como fator de coesão, que assegura direitos e proteção, reconhecimento social? (Resposta negativa)
- e) (Projeto modernizante → Hipótese de um discurso tipicamente moderno proposto pelos atores locais, com os elementos clássicos da modernidade. Combina esses elementos clássicos com elementos novos, fazendo referência à mobilização dos atores locais num contexto de globalização e acirramento da concorrência – guerra fiscal em nível nacional – e de mobilização do estado em seus diversos níveis, local, estadual e nacional. Trata-se de uma mobilização – empoderamento - por cima que não enfrenta as contradições do próprio projeto, suas promessas e seus efeitos objetivos. A mobilização é o próprio uso do Estado, em todas as suas instâncias, como ferramenta desse

desenvolvimento). (O desenvolvimento não é mais a expansão capitalista – industrialização modernizadora - ocorrendo automaticamente ou capitaneada por um estado intervencionista, centralizador, burocrático e autoritário)

- f) Determinados discursos reivindicam o desenvolvimento econômico e a expansão capitalista como o motor de um processo de superação da pobreza e do atraso e de geração de emprego e inclusão social.

## 5. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Portal na internet: [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br).

GORZ, André. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris, Galilée, 1991.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1989.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Portal na internet: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris, La Découverte, 1997.

VARGAS, Francisco E.B. *Relações sociais de classe e gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.

VARGAS, Francisco E. B. *Formas e Experiências de Privação de Trabalho no Brasil: A Construção Social do Desemprego na Perspectiva de uma Sociologia das Relações Sociais*. Tese de Doutorado. Paris, 2008.

VARGAS, Francisco E.B. *Emprego e desenvolvimento na Zona Sul do RS: os dilemas da precariedade social e do trabalho*. II Encontro Internacional de

Ciências Sociais. GT 13: O Trabalho na Globalização. Pelotas, 08 a 11 de junho de 2010.

VARGAS, Francisco E.B. *Emprego e desenvolvimento no Sul do Brasil*. XII ENCONTRO DA ABET - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO. GT 02: Trabalho, Desigualdades e Desenvolvimento. João Pessoa, de 21 a 23 de setembro de 2011.

REICHOW, Josué et al. Dimensões do Desenvolvimento em Pelotas. In: XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, Pelotas, 20 a 23 de outubro de 2009. Anais. Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2009, 1 CD-ROM.